

RELAÇÕES EXTERIORES

Haddad admite que conversa que teria com o secretário do Tesouro dos EUA foi cancelada por atuação de Eduardo Bolsonaro

Canal de diálogo interditado

» ROSANA HESSEL
» RAPHAEL PATI

As negociações entre Brasil e Estados Unidos para a suspensão do tarifaço de 50% sobre parte das exportações brasileiras chegaram ao ponto de interdição aparentemente irreversível. Foi o que admitiu, ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à Globonews. Conforme disse, a reunião que teria amanhã com o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, foi cancelada, por conta da atuação da extrema-direita junto ao governo norte-americano.

“De novo, a militância antidiplomática dessas forças de extrema-direita que atuam junto à Casa Branca tomaram conhecimento da minha fala. Falei em público que ia me reunir com o Bessent, na quarta-feira, e agiram junto a alguns assessores do presidente Trump. A reunião, que seria virtual, na quarta-feira, foi desmarcada e não foi remarcada até agora. Sem nova data”, lamentou Haddad.

O ministro relembrou o último encontro que teve com Bessent, em maio, depois de os EUA aplicarem uma tarifa de 10% ao Brasil e uma série de outros parceiros comerciais. Ele ressaltou que, na ocasião, a reunião com o secretário do Tesouro norte-americano tinha sido proveitosa, e que desde o último dia 21 buscava uma nova interlocução com o representante do governo Trump, o que acabou não se concretizando.

Segundo o ministro, a justificativa de Bessent para o cancelamento da reunião foi falta de agenda. No entanto, Haddad acredita que Eduardo Bolsonaro teve atuação direta junto à Casa Branca para interferir no encontro. “Nós recebemos essa informação um ou dois dias depois do anúncio que eu fiz, em que o Eduardo, publicamente, deu uma entrevista na qual disse que iria iniciar esse tipo de contato entre os dois governos. Não há como não relacionar uma coisa com a outra. Não há coincidência”, observou.

Haddad também criticou Tarcísio de Freitas, que fez novas críticas

Diogo Zacarias/MF



De novo, a militância antidiplomática dessas forças de extrema-direita que atuam junto à Casa Branca tomaram conhecimento da minha fala. Falei em público que ia me reunir com o Bessent, na quarta-feira, e agiram junto a alguns assessores do presidente Trump. A reunião, que seria virtual, na quarta-feira, foi desmarcada. Sem nova data”

Ministro Fernando Haddad

à condução do governo das negociações com os EUA. Para o ministro, o governador de São Paulo é “ingênuo” ao sugerir uma conversa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Trump nesse momento. “Quando três ministros — Itamaraty, Desenvolvimento e Fazenda — não estão conseguindo sequer sentarem-se à mesa para dialogar, quando você encontra esse tipo de resistência em função da atuação de ‘pseudobrasileiros’ em Washington, penso que o governador está sendo um pouco ingênuo de imaginar que esse telefonema (de Lula para Trump) é a chave de todas as portas”, alfinetou.

Margem reduzida

Alheios às disputas políticas, os exportadores que ficaram de

fora da lista de exceção do governo norte-americano seguem aguardando o pacote de socorro do governo, o que mostra que a dificuldade da margem de manobra para anunciar medidas fiscais — como incentivos tributários ou subsídios ao crédito — é bastante reduzida. Afinal, em maio, a equipe econômica precisou anunciar um bloqueio de R\$ 31 bilhões para conseguir cumprir a meta do arcabouço.

Para o economista Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria, montar esse pacote não é uma tarefa fácil, pois o governo não tem espaço fiscal para as medidas. “Ele (o pacote) é diferente do que foi feito na pandemia da covid-19, que tinha um prazo para acabar e, agora, a tarifa dos EUA é permanente, pelo menos, até o fim do governo de Donald Trump”, destacou.

Na avaliação do ex-ministro, o governo precisará solicitar ao Congresso um crédito extraordinário — que implica a permissão para a emissão de títulos da dívida pública para gerar recursos voltados ao pacote e permitir que esse novo gasto fique fora do cômputo das despesas que entram na conta do arcabouço fiscal. Mas isso não evitará o aumento da dívida pública bruta, que deverá encerrar o ano em torno de 80% do Produto Interno (PIB) pelas projeções de analistas do mercado.

“O que não vai ser evitado com essas isenções é a marca para o desastre de uma dívida pública, que continua firme. Essas medidas, que devem ser aplicadas via crédito

EUA é permanente, pelo menos, até o fim do governo de Donald Trump”, destacou.

Na avaliação do ex-ministro, o governo precisará solicitar ao Congresso um crédito extraordinário — que implica a permissão para a emissão de títulos da dívida pública para gerar recursos voltados ao pacote e permitir que esse novo gasto fique fora do cômputo das despesas que entram na conta do arcabouço fiscal. Mas isso não evitará o aumento da dívida pública bruta, que deverá encerrar o ano em torno de 80% do Produto Interno (PIB) pelas projeções de analistas do mercado.

“O que não vai ser evitado com essas isenções é a marca para o desastre de uma dívida pública, que continua firme. Essas medidas, que devem ser aplicadas via crédito

extraordinário, tendem a piorar o fiscal e a dívida pública, além de aumentar a velocidade com a qual o país caminha para um colapso fiscal, que tem data marcada para acontecer em 2027. Só que, agora, poderá acontecer antes, no próximo ano”, alertou Nóbrega, em entrevista ao **Correio**.

As expectativas em relação ao pacote não são muito grandes. Isso porque as contas públicas seguem no vermelho e o Congresso tem atuado contrariamente, ao aprovar medidas que aumentam despesas em vez de diminuí-las. Na avaliação de Mailson, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem um grau de contribuição para a crise tarifária, porque não perde oportunidade de atacar Trump com o discurso da soberania.

“O discurso da soberania não

sensibiliza uma pessoa como Trump. É para o público interno, buscando alavancar popularidade, e não tem efeito prático”, explicou.

O economista e consultor André Perfeito não acredita que Trump queira negociar com o Brasil porque há outras prioridades na agenda do presidente norte-americano. “O governo dos EUA precisa diminuir o déficit em transações correntes que, em 2024, foi de US\$ 1,2 trilhão, o que representa metade do PIB do Brasil. Por mais que queiramos acreditar que haja certa margem de manobra — e há; temos que negociar terras raras a preço de ouro —, temos que ter em mente que não há hipótese de voltarmos para o antigo equilíbrio externo dos Estados Unidos”, sentenciou.

» Brasil age na OMC contra Washington

O Brasil protocolou pedido de consulta na Organização Mundial do Comércio sobre as medidas tarifárias do presidente norte-americano, Donald Trump, contra o país. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) havia anunciado a abertura da disputa na semana passada, mas a nota da entidade diz que o documento começou a circular entre os membros da OMC ontem. Pelo ofício, o governo brasileiro alega que os norte-americanos violam várias disposições do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, de 1994, e do Entendimento sobre Solução de Controvérsias. O argumento é que eventuais reparações deveriam ser buscadas por meio das regras dos tratados, não por tarifas. Os EUA impuseram a chamada “tarifa recíproca” de 10% aos produtos brasileiros, além de uma sobretaxa adicional de 40% pelo que consideram injustiças no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. O pedido de consulta abre formalmente a disputa e fornece um período para que as duas partes discutam a questão. Se após 60 dias as discussões não tiverem resultado, o autor da queixa pode pedir a arbitragem de um painel.

Motta critica a atuação do filho 03

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que não concorda com a conduta de um parlamentar que atue em favor de medidas que tragam danos ao Brasil, ao comentar sobre a situação do mandato do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Em entrevista à revista Veja, ontem, disse que “não pode ser admitido” esse tipo de comportamento. Segundo o presidente da Câmara, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve analisar com imparcialidade o caso. O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro é alvo de uma ação no colegiado, acusado

pelo PT de incitar o governo de Donald Trump a adotar medidas econômicas contra o Brasil.

“Cada parlamentar tem a sua autonomia e a sua liberdade para agir com aquilo que entende ser importante para representar o seu eleitorado. Eu não posso concordar com a atitude de um parlamentar que está fora, trabalhando muitas vezes para que medidas cheguem ao seu país de origem e que tragam danos à economia”, disse Motta.

O presidente da Câmara continuou: “Isso não pode ser admitido. Da nossa parte, nós temos

uma posição contrária a esse tipo de comportamento. Nós não concordamos com esse tipo de atitude, nós temos que defender o nosso país. O deputado Eduardo Bolsonaro poderia até estar defendendo politicamente algo que ele acredita, defendendo a inocência do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas nunca atentando contra o Brasil. Porque, quando isso acontece, penso que nem os seus eleitores, nem os seus apoiadores concordam”, afirmou.

Em relação à situação de Eduardo no Conselho de Ética, Motta prometeu

que a atuação da Câmara se dará “dentro do regimento”. “Com relação às questões inerentes ao seu mandato, nós iremos tratar o deputado Eduardo Bolsonaro como trataremos todo e qualquer parlamentar. Para esta presidência, não existe um parlamentar que é mais deputado do que outro. Não existe isso da nossa parte. Trataremos o deputado Eduardo Bolsonaro sem ter a ele dado nenhum privilégio e também nenhum prejuízo”, observou. Motta voltou a afirmar que vê dificuldades na aprovação de uma anistia irrestrita aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

CONGRESSO

Lindbergh age para impedir que “pizza” livre bolsonaristas

» ALÍCIA BERNARDES*

A crise aberta pelo sequestro da Mesa Diretora da Câmara, na semana passada, pelos bolsonaristas, mobilizou a liderança do PT e acendeu um embate sobre o rito de punição aos parlamentares envolvidos. O líder da legenda, deputado Lindbergh Farias (RJ), classificou o episódio como “o 8 de janeiro dos engravatados” e “a continuidade do golpe de Estado”, cobrando respostas rápidas do Legislativo e acionando a Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigar o caso com base no artigo 359-L do Código Penal, que trata da abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

A Corregedoria da Câmara foi oficialmente notificada, ontem, dos pedidos de punição de 14 deputados acusados de chefiar o ataque bolsonarista, que paralisou os trabalhos por quase dois dias. O corregedor, Diogo Coronel (PSD-BA), tem até amanhã para emitir

parecer, que será analisado pela Mesa Diretora. Entre as medidas possíveis, está a suspensão de mandato por até seis meses, decisão que precisa passar pelo Conselho de Ética — mecanismo empregado nos casos dos deputados Gilvan da Federal (PL-AP) e André Janones (Avante-MG).

Lindbergh, no entanto, considera o encaminhamento à Corregedoria insuficiente e defende rito sumário, com suspensões imediatas deliberadas diretamente pela Mesa, a exemplo das punições anteriores. Para ele, o atual procedimento “parece levar à pizza” e transmite à sociedade a ideia de impunidade. “É hora de o presidente da Câmara agir. Tomaram a cadeira dele. A melhor forma seria convocar nova reunião da Mesa e deliberar pela suspensão imediata”, afirmou. O petista também pediu o afastamento imediato da deputada Carla Zambelli (PL-SP), citando decisão transitada em julgado no Supremo

Tribunal Federal (STF), e criticou a atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que continua nos Estados Unidos apesar de a licença que pediu ter expirado.

Paralelamente, o líder do PT articula para barrar projetos que, segundo ele, representariam “blindagem” a parlamentares investigados. Entre eles, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia o foro privilegiado e eventuais anistias aos envolvidos no motim. “Nas reuniões, todos concordaram que não se trataria de pauta com aqueles que estavam amotinados. Se houve reuniões paralelas, elas não valem”, frisou. Lindbergh também reagiu à inclusão da deputada Camila Jara (PT-MS) entre os investigados, que foi acusada pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) de tê-lo agredido, alegando que ela teria subido à Mesa para dispersar os ocupantes. “Parece tática de quem não quer punir ninguém”, criticou.

O petista reforça que, após a crise, a Câmara deve priorizar temas de impacto direto para a população, como a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil, a tributação dos mais ricos e projetos que endureçam penas contra crimes digitais envolvendo crianças e adolescentes. “Depois de uma semana perdida, esta Casa deve uma satisfação ao povo brasileiro. Nada é mais importante para esta Casa neste momento”, afirmou.

Para Lindbergh, a resposta firme às tentativas de obstrução é fundamental para preservar a credibilidade do Parlamento. “Não é questão de defender governo ou oposição. É defender o Estado Democrático de Direito. Com essa turma não dá para negociar. É hora de unidade nacional para enfrentar o período tumultuado que virá”, concluiu.

*** Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Para o líder, extremistas têm que ser punidos por capturarem a Câmara